
AS RELAÇÕES ESTE-OESTE
E O CONTROLO DE ARMAMENTOS

Sérgio Carrilho Pinto

AS RELAÇÕES ESTE-OESTE E O CONTROLO DE ARMAMENTOS

«Com as armas estriadas, presentemente, a guerra é muito pior. As balas mais ou menos ponteagudas, atravessam tudo, estilhaçam tudo; os ossos, mesmo os mais duros, que elas contornavam, são agora trespassados. A amputação e a morte tendem a ser a consequência inevitável de todo o ferimento.

Meditando neste falso e terrível progresso, parece-me que não deve terminar-se um livro de armas, por mais desinteressado e mesmo descritivo que seja, senão por um voto, por uma esperança humana. Esta esperança é que o homem fará ainda progressos na arte de destruir, bastantes progressos para que, por fim, se detenha, espantado, diante do seu próprio poder.»

P. Lacombe

I

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial, essa «guerra desnecessária» no dizer de Winston Churchill ⁽¹⁾, essa guerra que começou para defender a Polónia da invasão Germânica e acabou com a Polónia entregue aos Soviéticos, abriu o coração da Europa ao domínio de Moscovo e alterou radicalmente as relações de forças a nível mundial.

A capitulação, sem condições, imposta aos Alemães e Japoneses não serviu apenas para prolongar inutilmente a guerra e para sacrificar inutilmente milhões de vidas suplementares; como nota Liddell Hart ⁽²⁾ «... a paz

(1) «History of the Second World War», Liddell Hart, pág. 733.

(2) Ibid, pág. 745.

(de 1945) origina uma nova ameaça e o receio de uma nova guerra. Com efeito, o prolongamento da Segunda Guerra Mundial para obter a capitulação incondicional do adversário não serviu finalmente senão os interesses de Estaline, abrindo a via ao domínio comunista na Europa Central».

No entanto, a percepção da nova ameaça não vem com o estabelecimento da paz; aparece ainda no decorrer do conflito. Isto é, ainda os Alemães resistiam na Europa e os Japoneses combatiam na Ásia, já se desenhavam, com nitidez, os contornos do conflito Este-Oeste.

O método utilizado na breve abordagem ao fenómeno «relações Este-Oeste», que constitui a segunda parte deste trabalho, é o que normalmente se utiliza no estudo sintético dos antecedentes do contemporâneo político-social; isto é, evidenciar marcos fundamentais definidores de instantes de mudança ou de causas influentes na modificação do futuro. Trata-se de um método habitualmente usado no estudo de fenómenos muito complexos, embora com desvantagem, ou mesmo o perigo, que sempre advém da simplificação excessiva da realidade.

Correndo esse risco de simplificação — já que se considera necessário conhecer a problemática das relações Este-Oeste para se poder abordar, com suficiente profundidade, a questão do controlo de armamentos e não sobra o tempo de que se dispõe — podem, no entanto, com alguma segurança, apontar-se três momentos históricos — a Conferência de Yalta, a Conferência de Potsdam e o conflito do Suez — e três situações de relações interblocos — a guerra fria, o coexistência pacífica e a detente — os quais, conjuntamente com a variação do equilíbrio nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética, são fundamentais na historiografia das actuais relações entre o Ocidente e o Leste.

Por outro lado, o estudo das causas do presente não pode ignorar a influência, quantas vezes decisiva que, nos momentos históricos mais significativos, tiveram as características de personalidade dos líderes das potências condutoras do processo. Como sugeria o General Alemão Hoffman⁽³⁾: «Quando se vêem de perto as pessoas que influenciam os acontecimentos, quando se assiste às suas dissensões, quando se avaliam as suas calúnias e o ódio de que são capazes, torna-se absolutamente necessário pensar que ainda

(3) General do Alto Comando Alemão por altura da Primeira Guerra Mundial, insurgia-se assim contra as rivalidades entre os clans Falkenhayn e Hindenburg-Ludendorff. Cit. em «Memoires», Liddell Hart, pág. 7.

é pior na casa dos outros... porque senão haveria sérias razões para nos inquietarmos. A corrida ao poder, a luta para chegar aos primeiros lugares parecem destruir todos os homens de carácter que nisso participam. Acredito que só pode conservar a sua honra quem se contentar a cultivar o seu jardim: esse, com efeito, não tem nenhuma necessidade de intrigar, porque é inútil intrigar para obter o bom tempo.» Sem embargo de se reconhecer o excessivo pessimismo do general alemão, mas reconhecendo a importância das características de personalidade das individualidades que influenciam o processo histórico, alguma referência pessoal é adiantada neste trabalho.

Novas soluções, ou antigas soluções de novo aplicadas, têm sido desenvolvidas no sentido de evitar o conflito armado generalizado que o facto nuclear tornou impraticável. Na verdade, os esforços para tentar evitar ou limitar os conflitos armados têm uma longa história: barreiras de carácter ético e religioso; obstáculos de natureza legal; criação de códigos e tribunais para a arbitragem e resolução pacífica dos conflitos; políticas de isolacionismo; políticas de alianças; têm sido algumas das formas de tentar evitar os conflitos armados e os seus efeitos. O controlo de armamentos é outra tentativa com a mesma finalidade.

Na perspectiva da sua finalidade, e até no ponto de vista dos processos ou vias que utiliza para a realização dessa finalidade, o controlo de armamentos distingue-se do desarmamento. Porque o desatender a tal diferenciação tem ocasionado dano não despidendo, será dado algum relevo a esta questão.

Assim, a terceira parte do trabalho começa com uma abordagem conceptual à problemática do controlo de armamentos, antes de apresentar o controlo de armamentos no Direito Internacional Público e o processo negocial.

Na actual conjuntura das relações Este-Oeste, após o acordo entre os Estados Unidos e a União Soviética para a eliminação das armas nucleares intermédias e boas perspectivas para um acordo entre as duas Superpotências para a redução das armas nucleares estratégicas, assume especial importância a estabilidade convencional na Europa e a eliminação das armas químicas. Além destes temas, que serão tratados com o desenvolvimento compatível com a estrutura sintética do trabalho, faz-se uma brevíssima referência à Acta de Contadora que se justifica, não só por se tratar de aplicar à América Central uma receita que tem dado interessantes frutos na Europa, como

por constituir um problema de difícil resolução, numa zona cada vez mais importante para a segurança da maior potência do mundo ocidental.

O sistema bipolar que tem dominado as relações internacionais a partir da Segunda Guerra Mundial será provavelmente substituído, nos próximos 20 anos, por um muito mais complexo sistema multipolar. Este problema e o papel do controlo de armamentos face a tal eventualidade serão tratados numa breve abordagem ao futuro.

Finalmente, na quarta e última parte do trabalho, será oferecida uma sucinta conclusão sobre a problemática, antes analisada, das Relações Este-Oeste e o Controlo de Armamentos.

II

RELAÇÕES ESTE-OESTE

1. A CONFERÊNCIA DE YALTA

Reunidos em Lidávia, perto de Yalta, na província da Crimeia, de 4 a 12 de Fevereiro de 1945 — Franklín Delano Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos da América; o Marechal Iosif Vissarionovitch Dzhugashvili Stalin, Presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; e, Winston Spencer Churchill, Primeiro-Ministro de Sua Magestade Jorge VI Rei da Grã-Bretanha — estabeleceram as bases da ordenação das relações internacionais para o post-guerra.

A reunião adoptou o nome oficial de «Conferência da Crimeia», mas ficou conhecida para a história como a «Conferência de Yalta», embora tivesse sido Lidávia a sede das conversações.

A Conferência de Yalta não foi a primeira tentativa da «Grande Aliança» para a preparação do final da guerra e do post-guerra. Em 1943 foram realizadas quatro conferências que lhe abriram o caminho.

Em Janeiro, Roosevelt e Churchill encontraram-se em Casablanca e anunciaram a exigência da «rendição incondicional» do inimigo.

A segunda conferência decorreu em Moscovo, em Outubro, e reuniu os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Três Grandes. Nesta reunião, Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha, juntamente com a China — que não participou na conferência por causa do tratado de neutrali-

dade entre a URSS e o Japão, mas que aderiu ao acordo — comprometeram-se a estabelecer uma organização internacional para a paz e segurança. Além disso, os Três Grandes estabeleceram os termos da rendição da Alemanha; acordaram que a Áustria tinha sido vítima da agressão nazi, pelo que deveria ser separada da Alemanha e que o regime fascista Italiano deveria ser destruído.

A terceira conferência, no Cairo, em meados de Novembro, reuniu Roosevelt, Churchill e Chiang Kai-Shek. Foi aí anunciado que o Japão seria estirpado de todas as ilhas do Pacífico tomadas desde 1942 e que os territórios «roubados aos Chineses», tais como a Manchúria, a Formosa e a Ilha dos Pescadores, seriam devolvidos à China.

A quarta conferência foi levada a cabo em Teerão no final de Novembro, princípio de Dezembro. Participaram Roosevelt, Churchill e Estaline. Aqui foi traçado, em termos gerais, o futuro da Alemanha vencida. A URSS desejava parte da Prússia Oriental; no esquema soviético, a Polónia deveria ceder uma fatia do seu território leste em troca de uma área equivalente do território oriental da Alemanha, até o rio Oder; os Três Grandes ocupariam a Alemanha, que seria dividida em três zonas, com uma zona inter-aliada em Berlim. Roosevelt adiantou uma proposta de divisão da Alemanha em cinco Estados independentes. Estaline defendia que a Alemanha deveria ser desindustrializada e que deveria fornecer à URSS grande quantidade de equipamento e, pelo menos, quatro milhões de trabalhadores para ajudar à reconstrução.

Em Fevereiro de 1945 começou a Conferência de Yalta. Sem embargo de se considerar que ainda não se conhece a dimensão completa das suas consequências, existe hoje unanimidade de opiniões quanto à grande importância de Yalta no estabelecimento do sistema de relações internacionais contemporâneo. Mas essa unanimidade quebra-se na análise do comportamento dos negociadores.

Para Hélène d'Encausse (4), por exemplo, em Fevereiro de 1945, a situação militar e política na Europa assegurava à URSS uma posição de grande força. Desde a sua entrada em território Polaco, o Exército Vermelho tinha progredido em todas as direcções. A Roménia devia capitular em Agosto de 1944 e declarar a guerra à Alemanha de quem, até então, tinha sido

(4) «Le Grand Frère», Hélène d'Encausse, pág. 38.

aliada. Esta mudança de atitude Romena, no entanto, não impediu os Soviéticos de ocupar a totalidade do território do seu novo aliado. A Bulgária, que não estava em guerra com a URSS e procurava, em Setembro, fazer a paz com os Ocidentais, foi tomada pelos Soviéticos que declararam a guerra e invadiram imediatamente o país. A Hungria servia de teatro de operações à Alemanha que, mantendo aí efectivos importantes, impedia esta nação de seguir a via Romena e de escapar à URSS, que também empenhava nessa área tropas muito numerosas. De todos os aliados da Alemanha, o único país que tinha conseguido até então sair do conflito sem a permanência do Exército Vermelho no seu território, havia sido a Finlândia⁽⁵⁾. Mas, com esta excepção, por toda a parte, a ocupação militar segue-se à capitulação e a URSS mostra claramente que, para lá de objectivos estratégicos, existe um projecto político que começa a tomar forma. Em Yalta, Estaline apresenta-se como um vencedor, mas ele ainda não ganhou tudo. Falta-lhe obter a adesão dos seus aliados para a sua concepção de organização do Leste Europeu. Para os Ocidentais tratava-se, pois, em Yalta, duma difícil negociação para convencer Estaline a não abusar das suas vitórias e a parar a sua marcha triunfal, abstendo-se de progredir em direcção à Europa Ocidental e ao Mediterrâneo.

Arthur Conte⁽⁶⁾ é muito mais crítico quanto à capacidade de negociação Ocidental. Para este autor, a Conferência de Yalta é uma tragédia Shakesperiana; um moribundo, Roosevelt — cujo principal conselheiro, Harry Hopkins, sofre também duma doença incurável, enquanto um dos seus mais íntimos colaboradores, Alger Hiss, será mais tarde condenado a cinco anos de prisão por implicação em espionagem a favor da União Soviética — tem a responsabilidade de defender os interesses e o futuro do mundo livre perante uma das mais fortes, senão a mais forte personalidade do século: José Estaline. Winston Churchill, presente na conferência, faz apenas figura de «Maior dos Pequenos» sem autoridade perante os dois «Super Grandes» que, friamente, efectuem a partilha da Europa.

(5) Assinando um armistício em 19 de Setembro de 1944, aceitando amputações territoriais que dão à URSS aproximadamente as suas conquistas de 1940, deslizando para a esfera de influência Soviética, a Finlândia escapa, porém, à ocupação armada e às mudanças políticas posteriores.

(6) «Yalta ou a Partilha do Mundo», Arthur Conte, pág. verso da capa.

Para Estaline, o principal objectivo a atingir em Yalta era o de obter um estatuto para a Polónia que outorgasse um reconhecimento, «de jure», à dominação, «de facto», já exercida naquele país pela URSS, por forma a transformar uma vantagem militar transitória, em influência política permanente e a servir de precedente para casos idênticos.

Churchill sonha, ainda, manter intacto o Império Britânico e preocupa-se com o destino do Continente Europeu. Para o Primeiro-Ministro Britânico o reforço da França e a integridade da Alemanha são elementos fundamentais para um equilíbrio Europeu e barreira ao avanço Soviético para o Ocidente. Churchill não ignora que uma Europa fraca irá ter consequências catastróficas nos vários Continentes, com a substituição das antigas potências coloniais por novos senhores que passarão a condicionar a vida política, económica, social e cultural em todo o mundo.

O Presidente Americano tem dois objectivos e nenhum deles está ligado à Europa: assegurar a participação Soviética na guerra contra o Japão, e garantir o acordo e a participação da URSS para a criação das Nações Unidas. Roosevelt quer ficar para a história como o fautor da paz universal. Já em Outubro de 1940, na campanha para o seu terceiro mandato como Presidente afirmara⁽⁷⁾: «disse-o antes e voltarei a dizê-lo vezes repetidas, os vossos rapazes não voltarão a ser mandados para quaisquer guerras estrangeiras». As esperanças do Presidente Americano nas virtudes da organização internacional para a garantia da paz, que sonha instituir, são apoiadas pelo Secretário de Estado Cordell Hull⁽⁸⁾ o qual, em declarações ao Congresso, não hesita em garantir que, com a criação das Nações Unidas, «não haverá mais necessidade de esferas de influência, alianças, equilíbrio de poder, ou qualquer outra das alianças separadas devido às quais, no passado infeliz, as nações lutaram para salvaguardar a sua segurança ou promover os seus interesses».

Completamente dominado por Estaline, pouco preocupado com a Europa, obstinado na crença da obtenção da paz universal através da Organização das Nações Unidas, Roosevelt, de cedência em cedência, colabora na divisão do Velho Continente em dois blocos, abre as portas da Ásia aos velhos apetites da Rússia e prepara a destruição das Potências coloniais Europeias.

(7) Cit. em «A Verdadeira Guerra», Richard Nixon, pág. 71.

(8) Ibid, pág. 71.

Como salienta Arthur Conte⁽⁹⁾, desde Yalta «basta aos Russos saber que os Americanos são, sobretudo, sensíveis a palavras empoladas tais como, falando à maneira de Roosevelt, «tornar a guerra impossível para sempre». É, também, a partir desta data, que os russos passam a ter consciência da imensa virtude da «paz nas palavras», pois lhes permite esconder o realismo da acção que vai até ao ponto de instalarem as suas melhores armas diante das costas da Flórida. Na vitória de Estaline, em Yalta, devem procurar-se as razões e a inspiração das grandes campanhas literárias russas do post-guerra a favor de causas pacíficas como o Apelo de Estocolmo, os Partidários da Paz, a coexistência ou os Acordos de Moscovo. Estas campanhas serão alternadamente intensificadas, sem afrouxamento da infatigável acção dos sectários comunistas, teleguidados e armados por Moscovo, no Laos, na Malásia, no Vietname, no Médio Oriente, na África ou na América Latina».

Antes de morrer, o que vem a acontecer dois meses depois de Yalta, Roosevelt terá tempo de se aperceber das dificuldades que já se faziam notar nas relações com a União Soviética. No próprio dia da sua morte, em 12 de Abril de 1945, telegrafava a Churchill⁽¹⁰⁾, «minimizarei o problema geral Soviético tanto quanto possível, porque estes problemas, duma forma ou doutra, parecem acontecer todos os dias... Todavia devemos continuar firmes...»

Quando Churchill⁽¹¹⁾ encontrou De Gaulle em Paris, em 11 de Novembro de 1944, alguns dias depois de ter conversado com Estaline — em Outubro, em Moscovo — ele não escondera a repartição de influências em preparação. Para lá de algumas considerações ambíguas sobre o futuro da independência polaca, a uma pergunta de De Gaulle a propósito do destino reservado à Alemanha, Churchill responde sem rodeios que «em Moscovo falamos sobretudo da conduta da guerra, da Polónia e dos Balcãs. Concordamos que a Grécia era zona de influência Britânica, a Roménia e a Hungria zonas de influência russa, a Jugoslávia e a Bulgária zonas de interesse comum».

E, depois de Yalta, cada um irá respeitar este acordo de repartição. A Grã-Bretanha pode intervir na Grécia, para esmagar a revolta comunista, sem a oposição da URSS e o Ocidente não reage ao esmagamento da Hungria

(9) «Yalta ou a Partilha do Mundo», Arthur Conte, pág. 290.

(10) «The Second World War», W. Churchill, pág. 454.

(11) Cit. em «La Vertige de la Force», Antoine Sanguinetti, pág. 26.

e da Checoslováquia pelos exércitos Soviéticos. Como nota Adriano Moreira⁽¹²⁾, as tropas da URSS «pela primeira vez desde que o soviétismo se instalou na Rússia, tornaram possível que os partidos comunistas assumissem o poder em países de economia desenvolvida. Até então, e ao contrário da previsão marxista, a revolução apenas fora viável em países de economia agrária e rudimentar. Por revolta interna, nunca lhes teria sido possível derrubar o poder nos países industrializados. Os exércitos Soviéticos foram o agente e o garante do avanço do sistema na Europa».

Quatro semanas depois de Yalta, no princípio de Maio, Winston Churchill declarava, em mensagem ao Secretário dos Negócios Estrangeiros Anthony Eden sobre a situação Europeia⁽¹³⁾, que o avanço russo colocava tudo sob seu domínio e que este «fait accompli» era uma ameaça para as potências Ocidentais que se encontravam enfraquecidas no final de uma tão longa guerra.

As consequências de Yalta são tremendas, «os acordos de 11 de Fevereiro de 1945 contêm o germe, não só da soviétização de toda a Europa Oriental, mas também do golpe de estado de Praga, do caso da Coreia, do da Indochina, da vitória de Mao Tsé-Tung, do bloqueio de Berlim, do caso de Cuba»⁽¹⁴⁾. Deve-se também a Yalta um dos grandes dramas da Europa contemporânea — a divisão da Alemanha em dois Estados.

Mas a mais importante consequência do processo marcado por Yalta terá sido, certamente, a descolonização.

2. A CONFERÊNCIA DE POTSDAM

Quando, cinco meses mais tarde, com a guerra terminada na Europa, os Três Grandes se voltaram a reunir para resolver assuntos que Yalta não tinha solucionado, os protagonistas já não eram os mesmos. Harry S. Truman havia sucedido a Roosevelt após a morte deste, em Abril; Clement Attlee, o líder do partido trabalhista, substituíra Churchill na chefia do Governo Britânico após as eleições de Julho (Churchill, que representava a Grã-Bretanha no início da Conferência, é substituído antes do seu final); Estaline é, assim, o único sobrevivente de Yalta.

⁽¹²⁾ «A Europa em Formação», Adriano Moreira, pág. 114.

⁽¹³⁾ «The Second World War», W. Churchill, pág. 502.

⁽¹⁴⁾ «Yalta ou a Partilha do Mundo», Arthur Conte, pág. 288.

A guerra na Europa estava terminada. Havia que encontrar soluções que assegurassem uma paz justa e durável; era necessário resolver os problemas políticos, territoriais e económicos originados pela guerra. Foi nesta perspectiva que os Três Grandes se reuniram em Potsdam, perto de Berlim, de 17 de Julho a 2 de Agosto de 1945.

Estaline não encontrou em Truman as facilidades e cedências que conseguira com Roosevelt. Apesar de alguma aparência de unidade que os Três Grandes procuram projectar para o exterior, não obstante se terem conseguido acordos em assuntos importantes, apareceram também não poucos desentendimentos que nunca mais seriam ultrapassados ou correctamente resolvidos.

Entre os acordos mais importantes, conseguidos em Potsdam, conta-se o estabelecimento de um Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros no qual, além dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da URSS, deveriam também participar a França e a China. Este Conselho tinha por finalidade estudar e propor os textos dos tratados de paz com a Itália (considerada já nação semi-aliada), Roménia, Bulgária, Hungria e Finlândia, e, finalmente, com a Alemanha, quando esta dispusesse de um governo responsável adequado.

A mais importante e difícil questão tratada em Potsdam foi a Alemanha. A União Soviética pretendia uma política de grande dureza, sobretudo no que respeita ao pagamento de reparações de guerra em equipamento e produtos industriais. A Grã-Bretanha defendia a necessidade de uma economia Alemã saudável. Os Estados Unidos inclinavam-se mais para a posição dos Soviéticos. O resultado foi uma série de decisões, por vezes formuladas de forma ambígua que, mais uma vez, vieram originar difíceis problemas na sua aplicação concreta. Os Três Grandes acordaram na desmilitarização, descentralização, desnazificação e democratização da Alemanha — mas revelaram-se mais aptos a cooperar nos três primeiros objectivos negativos do que capazes de conseguir atingir o último, o único com carácter de realização positiva. A capacidade industrial de guerra Alemã era para ser destruída, mas a sua economia não deveria descer abaixo de um nível equivalente ao padrão de vida médio dos Europeus.

Como viria a dizer o Secretário de Estado Americano Byrnes⁽¹⁵⁾, a base das decisões foi «que no quadro de um sistema combinado de desmilita-

⁽¹⁵⁾ Cit. em «La Second Guerre Mondiale», Hans Adolf Jacobsen, pág. 141.

rização e de reparações, o potencial de guerra da Alemanha fosse diminuído pela supressão e desmontagem da sua indústria de guerra e pelo enfraquecimento e proibição das instalações de indústria pesada. Previa-se que estas medidas fossem aplicadas de maneira que restasse à Alemanha um potencial industrial que lhe permitisse manter, sem ajuda de outros países, um nível médio de vida idêntico ao da Europa».

No que respeita às fronteiras Alemãs, os Três Grandes concordaram com a proposta Soviética para a delimitação da linha das fronteiras Leste da Alemanha e com a anexação da cidade de Königsberg e territórios adjacentes na Prússia Oriental; permitiram ainda à Polónia administrar uma fatia da Alemanha até aos rios Oder e Neisse. É certo que Americanos e Britânicos protestaram contra a extensão da ocupação Polaca na Alemanha até ao Neisse (quando o acordo de Yalta estabelecia que o fosse apenas até ao Oder), mas Estaline respondeu que já não havia Alemães naquele território e que os Polacos o tinham ocupado devido a esse facto.

Todas estas decisões e muitas outras de menor importância pretendiam constituir o plano final para a paz e reconstrução de uma Europa desfeita, mas os conflitos de interpretação apareceram imediatamente. Na Europa de Leste os comunistas ignoram os preceitos democráticos acordados pelos Três Grandes. Por outro lado, nas áreas onde se achavam mais fortes do que os comunistas, como em Itália, as potências Ocidentais ignoram as queixas dos Soviéticos.

Com efeito, a Europa encontrava-se dividida em duas esferas de influência!

3. A CRISE DO SUEZ

Para a Europa, a consequência política internacional mais importante da Segunda Guerra Mundial foi, certamente, a descolonização.

A tendência para a bipolarização verificada na fase final da guerra, ir-se-ia consolidar com o destroçar dos impérios coloniais europeus. Neste processo, perseguindo um mesmo princípio, embora com fundamentos ideológicos diferenciados, Estados Unidos e URSS são, no dizer de Raymon Aron, «les frères ennemis». Se a diferenciação ideológica é razão para uma insanável divergência política, o interesse na manutenção do «status quo» bipolar, garante de supremacia não discutida no interior das respectivas

esferas de influência, explica as situações em que as duas Superpotências agem em uníssono, mesmo contra os seus aliados naturais.

Como refere Adriano Moreira⁽¹⁶⁾, «as teses Soviética e Americana concorrem para levar os poderes Europeus à retirada. Os Americanos, armados pelo seu anti-colonialismo do século XIX, fortes de uma ultrapassada experiência de revolucionários ocidentais, capitalistas e liberais, sem ter em conta as diferentes condições das zonas tropicais e subtropicais, que iam assumir agora um papel independente no Mundo. Os Soviéticos, lúcidos seguidores do Leninismo, aceitando que a revolução nacionalista nos trópicos podia ser o primeiro passo para a revolução socialista»... «A guerra de 1939-1945 foi o ponto final do Euromundo. Alguns dos vencedores esgotaram-se com a vitória, como aconteceu com a Inglaterra e com a França. Os desviacionismos Americano e Soviético cresceram em poder e preparam-se para organizar um mundo bipolar». Alguns anos depois do final da guerra, em 1969, De Gaulle haveria de confidenciar a Richard Nixon⁽¹⁷⁾: «Na Segunda Guerra Mundial todas as nações da Europa perderam, duas foram derrotadas.»

Em meados do século XX, as antigas Grandes Potências Europeias, que tinham gozado de uma supremacia incontestada na direcção das relações internacionais por todo o mundo, haviam perdido esse poder em favor dos dois novos senhores do globo. Entretanto, o desenvolvimento tecnológico torna as nações industrializadas fortemente dependentes do fornecimento do petróleo e este facto transforma o Golfo Pérsico num ponto de confluência de interesses.

Em 1955, como revela Andrei Sakharov⁽¹⁸⁾, um alto funcionário soviético explicava que o objectivo, a longo prazo, da política Soviética no Médio Oriente, era «explorar o nacionalismo Árabe de forma a criar dificuldades aos países Europeus na obtenção do petróleo e, conseqüentemente, ganhar influência sobre eles». E o Ministro dos Negócios Estrangeiros Soviético Molotov⁽¹⁹⁾ definia «a área a Sul de Batum e Baku, na direcção do Golfo Pérsico, (como)... o centro das aspirações da União Soviética».

Tendo ocupado algumas regiões do Norte do Irão, durante a Segunda Guerra Mundial, os Soviéticos fundaram uma República Autónoma de

⁽¹⁶⁾ «A Europa em Formação», Adriano Moreira, pág. 115.

⁽¹⁷⁾ «A Verdadeira Guerra», Richard Nixon, pág. 68.

⁽¹⁸⁾ Ibid, pág. 74.

⁽¹⁹⁾ Ibid, pág. 73.

Azerbaijão e uma República Popular Curda, sob seu controlo, e exigiram a criação de uma companhia conjunta para explorar o petróleo Iraniano, com 51 por cento das acções para a URSS. Os Estados Unidos reagiram com firmeza a estas intenções. Como referiu o Presidente Truman ⁽²⁰⁾, «a União Soviética persistiu na sua ocupação até eu me encarregar pessoalmente de que Estaline fosse informado de que tinha dado ordens aos nossos chefes militares para prepararem as nossas forças terrestres, marítimas e aéreas para avançarem. Estaline fez então o que eu sabia que faria. Retirou as suas tropas».

A ameaça seguinte dos Soviéticos ao Golfo Pérsico deu-se no Mediterrâneo Oriental, na Grécia e na Turquia, onde a Grã-Bretanha perdia influência. Mais uma vez intervém Truman, agora com um programa de assistência a estes dois países, com a formação duma força naval percursora da VI Esquadra — a força naval permanente dos Estados Unidos no Mediterrâneo — e com a instalação de Bases Aéreas na Líbia, Turquia e Arábia Saudita. Os Americanos estabeleciam-se militarmente no Médio Oriente, substituindo, pouco a pouco as Potências Europeias.

O espírito do nacionalismo havia-se espalhado por todo o Médio Oriente após a Segunda Guerra Mundial. O Líbano, que tinha sido um protectorado Francês, ascendeu à independência em 1945. A Síria, outro protectorado Francês, tornou-se independente em 1946. A Transjordânia adquiriu também a independência sob o nome de Jordânia. Os três novos países juntaram-se à Arábia Saudita, Iraque e Egipto na fundação da Liga Árabe (1945). A Líbia tornou-se membro da Liga em 1953, o Sudão em 1956 e a Tunísia e Marrocos em 1958. Disputas e rivalidades entre estes onze países, nunca permitiram uma Liga Árabe forte e coesa. Como factor real de coesão havia apenas a oposição à criação do Estado de Israel. Os notáveis progressos económicos e sociais conseguidos pelos Israelitas acarretavam-lhes as invejas dos seus vizinhos Árabes, sobretudo os Egípcios.

Em 1951, o Egipto denunciou o seu tratado de aliança com a Grã-Bretanha. Em 1953, tornou-se uma república e surgiu, como «homem forte do regime», o Coronel Gamal Abder Nasser que, rapidamente, demonstrou a sua determinação em reformar o Egipto, liderar a Liga Árabe e fomentar a luta contra o colonialismo, sobretudo em África. A recusa dos Estados

⁽²⁰⁾ Ibid, pág. 75.

Unidos e Grã-Bretanha de financiamento da Barragem do Assuão, lançou Nasser nos braços da União Soviética que apoiou o Egipto na realização deste projecto grandioso.

A nacionalização do Canal do Suez, anunciada em 26 de Julho de 1956 pelos Egípcios, veio provocar uma crise que culminou de forma violenta, no final de Outubro seguinte. Nesse mesmo mês de Outubro, a URSS preparava-se para desencadear uma violenta intervenção militar na Hungria.

Os interesses das duas Superpotências, dentro de cada uma das respectivas esferas de influência, estavam ameaçados!

Em Budapeste, a 1 de Novembro, o Chefe do Governo Imre Nagy informava o Embaixador Soviético de que, tendo conhecimento da entrada de novas divisões Soviéticas no seu país, o Governo Hungaro denunciava o Tratado de Varsóvia, declarava a neutralidade permanente da Hungria e apelava para as Nações Unidas e para as «Quatro Grandes Potência» para salvaguardar a neutralidade nacional, dando conhecimento disto a todos os Chefes de Missões Diplomáticas em Budapeste e, por telegrama, ao Secretário Geral das Nações Unidas. No dia seguinte, Nagy dirigiu um comunicado oficial ao Secretário Geral da ONU em que pedia uma reunião imediata das Grandes Potências para o reconhecimento da neutralidade Húngara. Na tarde do dia 4, o Chefe do Governo Húngaro falaria pela última vez, através da rádio, para dizer (21): «Desde hoje ao amanhecer tropas Soviéticas atacam a nossa Capital com a clara intenção de derrubar o governo democrático Húngaro legal. As nossas tropas combatem. O Governo está no seu posto. Notifico o povo do nosso país e o mundo inteiro deste acontecimento.»

A Organização das Nações Unidas mostrou-se impotente para defender um dos seus membros. Os Estados Unidos limitaram-se a protestos contra a atitude Soviética e ao envio de alguma ajuda humanitária ao povo Húngaro.

No Egipto, as consequências da nacionalização do Canal do Suez e do endurecimento da política do Coronel Nasser levaram, em 29 de Outubro, à intervenção de Israel na península do Sinai. A intervenção Israelita tinha por finalidade destruir a base da guerrilha Egípcia contra o seu país; não incluiu a zona do Canal. Entretanto, os Governos Britânico e Francês enviaram, em 30 de Outubro, aos Governos Israelita e Egípcio, um ultimato de 12 horas, exigindo-lhes a retirada das suas tropas para fora duma faixa

(21) Cit. em «La Guerra Moderna y la Organizacion Internacional», Luís Garcia Arias, pág. 170.

de 10 milhas do Canal, solicitando ao mesmo tempo a concordância do Governo Egípcio para que as tropas Franco-Britânicas ocupassem imediatamente, embora com carácter provisório, Port Said, Ismail e Suez. Perante a rejeição, por parte do Egipto, deste ultimato, aviões Britânicos e Franceses iniciaram, na manhã de 31 de Outubro, a partir da Ilha de Chipre, o bombardeamento contra as instalações militares Egípcias. Em 5 de Novembro, as forças dos dois países Europeus principiaram a desembarcar em Port Said. A 6 de Novembro, por pressão dos Estados Unidos, foram terminadas as hostilidades. Britânicos e Franceses vão ser obrigados, pelo seu aliado mais poderoso, a abandonar a defesa dos seus interesses.

Comentando a intervenção Ocidental no Suez, o «New York Times» de 1 de Novembro de 1956 defendia: «Seria ridículo permitir ao Coronel Nasser fazer-se vítima inocente duma agressão perante as Nações Unidas ou do Mundo. Bem pelo contrário, se alguém se tornou culpado de agressão foi o Presidente Egípcio que não tem parado de fazer guerra a Israel, à Grã-Bretanha e à França, pela propaganda, pelo contrabando de armas, pela organização de infiltrações de bandos assassinos, pelo apoio à rebelião na África do Norte Francesa, pela tomada do Canal do Suez à força, rasgando um tratado da mesma forma que Hitler rearmou a Renânia, interditando navios Israelitas de cruzar o Canal apesar das ordens formais das Nações Unidas e, finalmente, proclamando bem alto a sua intenção de atirar os Israelitas ao mar, com o auxílio dos outros Estados Árabes, depois de criar um Império Árabe, sob a sua hegemonia, cuja influência se estenderia concentricamente a toda a África e a todo o Mundo Muçulmano.»

A reacção dos Estados Unidos à acção Franco-Britânica no Suez foi diferente da que o artigo do «New York Times» pareceria sugerir. Em tempo de eleições presidenciais, com a URSS a intervir brutalmente na Hungria, com o movimento anti-colonialista a ganhar força e com os Soviéticos a ameaçarem com uma intervenção, em vez de se juntarem aos seus aliados, os Estados Unidos exerceram sobre eles grande pressão, obrigando-os a retirar.

Muitas teorias se podem ensaiar para tentar explicar a reacção Americana.

Para Raymond Aron⁽²²⁾, a dupla recusa de intervenção por parte dos Estados Unidos — recusa de intervir para ajudar o povo Húngaro e recusa

(22) «Paix et Guerre entre les Nations», Raymond Aron, pág. 552.

de permitir aos seus aliados uma acção militar contra uma nação do Terceiro Mundo — tem uma mesma causa: receio de uma nova guerra mundial. Para este autor, as duas recusas podem ser entendidas de forma realista «uma é prudente mas moralmente medíocre, a outra pode ser explicada por prudência mas também por ideal».

Richard Nixon (23) considera que, «sob o ponto de vista americano, a altura escolhida não poderia ser pior. As forças Britânicas e Francesas desembarcaram ao mesmo tempo que os Estados Unidos condenavam a União Soviética pela repressão brutal da revolução Húngara e na véspera da eleição presidencial, em que o «slogan» de Eisenhower era «paz e prosperidade».

De forma diferente pensa o autor americano C. A. McClelland (24). Para ele, os «grandes irmãos» na hora do perigo descobriram — no duplo sentido do termo (tomar conhecimento e revelá-lo ao mundo) — a sua fraternidade. Cada um, no fundo, julgou conforme aos próprios interesses que o «outro Grande» pudesse restabelecer a disciplina no interior do seu bloco. Os Estados Unidos não podiam tolerar que a França e a Grã-Bretanha tomassem iniciativas que pudessem provocar hostilidades alargadas. Apesar das suas simpatias pelos combatentes Húngaros da liberdade, os governantes dos Estados Unidos censuravam-nos confusamente de os encurralarem na alternativa de uma abstenção pouco honrosa ou de uma intervenção pouco prudente. Escolheram, sem visível hesitação, o primeiro termo da alternativa.

Outras explicações poderão ser tentadas para explicar a reacção Americana perante os dois grandes acontecimentos de 1956. O certo é que, a crise do Suez foi o último esboçar de uma afirmação político-estratégica Europeia independente. O próprio Nixon (25) reconhece esta realidade: «Perdeu-se muito mais do que o Canal. A humilhante derrota no Suez teve um efeito devastador na determinação da Grã-Bretanha e da França em terem um papel importante, não só no Médio Oriente, mas também noutras áreas do Mundo.»

A partir desta data, ficam na arena da competição internacional, apenas duas potências com capacidade autónoma de projecção de poder. A crise do Suez marca a consolidação efectiva do sistema bipolar. Confirma-se a previsão de Alexis de Tocqueville em 1835 (26):

(23) «A Verdadeira Guerra», Richard Nixon, pág. 48.

(24) Cit. em «Paix et Guerre entre les Nations», Raymond Aron, pág. 552.

(25) «A Verdadeira Guerra», Richard Nixon, pág. 79.

(26) Ibid, pág. 49.

«Há, hoje em dia, duas grandes nações no mundo que parecem apontar para os mesmos objectivos, apesar de terem começado de pontos diferentes: aludo aos Russos e aos Americanos. Ambos cresceram despercebidamente; e enquanto a atenção da humanidade estava dirigida para outro lado, assumiram de súbito um lugar da maior proeminência entre as nações; e o mundo apercebeu-se da sua existência e da sua grandeza quase ao mesmo tempo...

O Americano luta contra os obstáculos naturais que se lhe deparam; os adversários dos Russos são os homens; o primeiro combate selvajaria e a vida selvagem; o último, a civilização, com todas as suas armas e artes; as conquistas de um são alcançadas pelo arado; as do outro pela espada. O Anglo-Americano depende do interesse pessoal em alcançar os seus objectivos e dá toda a liberdade às pressões sem guia e ao senso comum dos cidadãos; o Russo centra toda a autoridade da sociedade num só braço; o instrumento principal do primeiro é a liberdade; o do último é a servidão. Os seus pontos de partida são diferentes e os seus caminhos não são os mesmos; porém, cada um parece estar marcado pela vontade dos Céus para pesar nos destinos de metade do Globo.»

Muito mais perto dos dias de hoje, dizia Francois de Mauriac⁽²⁷⁾: «Não nos assustamos por aquilo que separa os Estados Unidos da União Soviética mas sim por aquilo que têm de comum.»

4. A GUERRA FRIA

Uma outra consequência da Segunda Guerra Mundial foi a de tornar obsoleta a expressão de Cícero «inter bellum et pacem nihil est medium». Na verdade, embora já antes de 1939-1945 se encontrem referências a um estado que não é bélico nem pacífico, é a partir desta data que a expressão «guerra fria» define essa nova situação intermédia entre a paz e a guerra.

É assim que James Burham⁽²⁸⁾ considera desactualizada a clássica definição de guerra Clausewitziana, porque, nos dias de hoje, se encontram confundidos os limites entre os métodos armados e os métodos políticos, entre os meios violentos, semiviolentos e não violentos, entre a paz e a guerra.

Para Raymon Aron⁽²⁹⁾, no entanto, a noção de guerra fria não põe em causa a distinção entre a paz e a guerra. A fórmula de Clausewitz «a

(27) Cit. em «La Guerra Moderna y la Organizacion Internacional», Luís Garcia Arias, pág. 370.

(28) Ibid, pág. 123.

(29) «Paix et Guerre entre les Nations», Raymond Aron, pág. 168.

guerra é a continuação da política por outros meios» é complementada pela fórmula inversa «a política é a continuação da guerra por outros meios». As duas expressões significam a continuidade da competição e o emprego de meios umas vezes violentos outras vezes não violentos, para se alcançarem objectivos que não diferem na sua essência.

Seja como for, é a partir da Segunda Guerra Mundial que a expressão «guerra fria» tem a sua consagração. Há até quem defenda que a guerra fria já estava visível na Conferência de Yalta e que as concessões conseguidas pela União Soviética foram o alicerce da dialética comunista do post-guerra.

James Burnham ⁽³⁰⁾, por exemplo, considera que «a terceira guerra mundial começou em Abril de 1944». Refere-se o autor ao motim acontecido naquela data, na esquadra Grega fundeada na Alexandria e entre os soldados Helénicos ali acantonados, a qual foi dominada por forças Britânicas. Como se veio a provar, os soldados gregos estavam industriados por comunistas pelo que este acontecimento foi a primeira escaramuça armada entre a União Soviética, representada pelo comunismo internacional, e o Ocidente, representado pela Grã-Bretanha, numa altura em que ambos eram aliados contra um inimigo comum.

O Prémio Nobel da Física de 1948, o britânico P. M. S. Blackett ⁽³¹⁾, tem uma opinião semelhante quanto à origem cronológica da guerra fria. Segundo ele o lançamento das bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki «não foi tanto o último acto militar da Segunda Guerra Mundial como uma das primeiras grandes operações da guerra fria diplomática com a Rússia». Para este cientista Britânico não existiram razões militares para o emprego da primeira bomba atómica em 6 de Agosto de 1945, mas sim «uma urgente razão diplomática relacionada com o equilíbrio de forças no post-guerra». Era necessário eliminar o Japão antes da chegada da União Soviética a este teatro de operações. A destruição de Hiroshima e Nagasaki terá permitido a aniquilação do Japão numa situação de completo controlo Americano na região, evitando-se, aí, a luta pelo poder entre os Estados Unidos e URSS. Nestes termos, o lançamento das duas primeiras bombas atómicas terá sido o antecedente mais claro da guerra fria.

⁽³⁰⁾ Cit. em «La Guerra Moderna y la Organizacion Internacional», Luís Garcia Arias, pág. 105.

⁽³¹⁾ Ibid, pág. 106.

Em artigo publicado na Saturday Review of Literature, em 15 de Junho de 1946, dois Americanos, Norman Cousins e Thomas K. Finletter⁽³²⁾ escrevem: «Pode argumentar-se que essa decisão (o lançamento das duas bombas atómicas sobre o Japão) era justificada; que era uma aplicação legítima da política de força num mundo de pernas para o ar; que evitamos assim um combate pela autoridade no Japão análogo àquele em que participamos na Alemanha e na Itália; que, a menos que saíssemos dessa guerra com um desequilíbrio positivo de poder comparado com a Rússia, não poderíamos deter jamais a expansão Russa.»

Para William McNeil⁽³³⁾, no final da Segunda Guerra Mundial as exigências de segurança militar e a prudência da política oficial minimizaram os conflitos que já dividiam a Grande Aliança. Depois da guerra, os pontos de vista absolutamente opostos tornaram-se de uso corrente na Rússia e no Ocidente.

Em 12 de Maio de 1945, Churchill telegrafou a Truman⁽³⁴⁾: «Tenho uma grande inquietude face às interpretações erróneas dos Acordos de Yalta por parte dos Russos, à sua atitude em relação à Polónia, à influência predominantemente exercida por eles nos Balcãs, excepto na Grécia, às dificuldades que provocam a respeito de Viena, à combinação do seu poderio e dos territórios ocupados ou controlados por eles com o emprego da técnica comunista em tantos outros países e, sobretudo, à possibilidade que têm de manter, por muito tempo, grandes exércitos em campanha. Qual será a situação dentro de dois ou três anos? Nessa altura os exércitos Americanos e Britânicos ter-se-ão esfumado... enquanto que a Rússia poderá decidir conservar duzentas ou trezentas divisões em actividade. Uma cortina de ferro caíu à nossa frente. Ignoramos o que se passa por trás...»

Arthur M. Schlesinger⁽³⁵⁾, numa aproximação imparcial a esta problemática, considera que a guerra fria não é o produto de uma decisão mas sim o resultado de um dilema. «Cada parte viu-se obrigada a adoptar políticas que a outra parte não podia senão considerar como uma ameaça aos princípios da paz. Cada parte sentiu-se portanto sujeita a tomar medidas

⁽³²⁾ Cit. em «A História Política da Bomba Atómica», Claude Delmas, pág. 41.

⁽³³⁾ Cit. em «La Guerra Moderna y la Organizacion Internacional», Luís Garcia Arias, pág. 109.

⁽³⁴⁾ «The Second World War», W. Churchill, pág. 572.

⁽³⁵⁾ «La Crise de Confiance», Arthur M. Schlesinger Jr., pág. 139.

defensivas. Assim, os Russos não viram outra solução senão a de consolidar a sua segurança na Europa Oriental. Os Americanos, considerando a Europa Leste como um elemento importante do edifício Europeu, replicaram afirmando os seus interesses na zona que os Russos julgavam vital para a respectiva segurança. Os Russos concluíram que o Ocidente estava decidido a reiniciar o seu antigo movimento de cerco capitalista, lançando deliberadamente as bases de regimes anti-soviéticos na zona definida pelo sangue derramado ao longo dos séculos como indispensável à sobrevivência dos Russos. Cada parte acreditava apaixonadamente que a estabilidade internacional futura dependia da sua própria concepção da ordem mundial. Cada parte, prosseguindo os seus próprios princípios claramente indicados e profundamente enraizados, não fazia mais do que lançar a outra no receio duma agressão possível».

Sob uma perspectiva Ocidental, as razões da guerra fria têm sido apresentadas em nove pontos:

1. A reaparição de desconfianças antigas.
2. O imperialismo Soviético na Europa Oriental com a sua violação dos Acordos de Yalta.
3. A rápida retirada e desmobilização das forças Norte-Americanas debilitando o poder dos Estados Unidos ⁽³⁶⁾.
4. A rivalidade e desacordo sobre a Alemanha, Áustria, Trieste, Estreitos Turcos, Irão, Grécia, Berlim, China, Coreia, Japão, e uma quantidade de discussões no âmbito das Nações Unidas.
5. A criação da «cortina de ferro» Soviética.
6. O restabelecimento por Moscovo da agitação para uma revolução mundial juntamente com o desígnio dos chefes comunistas de conquistar o poder nas nações livres e o descobrimento nos Estados Ocidentais de casos de espionagem e subversão ⁽³⁷⁾.

⁽³⁶⁾ Aquando da capitulação da Alemanha, os Estados Unidos tinham 3 100 000 homens na Europa, os quais foram reduzidos para 391 000 no espaço de um ano. Por seu lado, no mesmo período, e na mesma área, a Grã-Bretanha reduziu de 1 321 000 para 488 000.

⁽³⁷⁾ Um dos casos mais graves foi o «caso Hiss». Alger Hiss foi, em Fevereiro de 1945, um dos colaboradores mais influentes de Roosevelt durante a Conferência de Yalta. Foi o primeiro Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. Sucedeu ao Prémio Nobel da Paz (1931) Nicholas Butler na presidência da Fundação Carnegie para a Paz Internacional. Em 1949 foi envolvido num caso de espionagem. Acusado de ser agente Soviético às ordens do General Walter Krivitzky, chefe da espionagem Soviética em todo o sector Ocidental, foi condenado a cinco anos de prisão por decisão unânime dos doze jurados.

7. O medo de um ataque armado na Europa Ocidental e a contínua propaganda de Moscovo contra os Estados Unidos e Grã-Bretanha.
8. Diferenças ideológicas fundamentais.
9. A falta de um vínculo comum entre Este e Oeste a partir da desapareição da necessidade de união contra as potências do Eixo.

Um décimo ponto parece indispensável para a compreensão da génese da guerra fria: é o da prevalência da concepção «esferas de influência» sobre a concepção «universalista» no sistema regulador das relações internacionais. Segundo a concepção «universalista» a segurança dos Estados seria garantida por uma Organização Internacional. Segundo a concepção «esferas de influência» essa segurança seria garantida pelo equilíbrio de poderes. Ora, a Organização das Nações Unidas nunca foi capaz de assumir o papel que os «universalistas» haviam sonhado para a regulação das tensões internacionais e o equilíbrio de poderes, passado a bipolar, juntamente com a diferença ideológica radicalizada criam o conflito insanável.

De facto, à URSS, com a sua doutrina marxista-leninista de revolução mundial contra o capitalismo e imperialismo, e aos Estados Unidos, que surgiam como Superpotência, lider das nações livres do Ocidente, monopolista da arma atómica, as opções na luta pelo domínio do mundo não eram muitas: uma nova guerra ou um estado intermédio entre a paz e a guerra, em que a luta pelo poder não degenera em conflito armado directo entre os dois principais opositores: uma «continuação da política por outros meios», ou uma «continuação da guerra por outros meios».

A realidade das relações internacionais vai inviabilizar a política de apaziguamento idealizada e defendida por Roosevelt. Ao mesmo tempo que se erige a Organização das Nações Unidas, em que o defunto Presidente Americano tanto se empenhara, querendo ficar para a história como o «homem da paz» e acreditando que a presença activa dos Estados Unidos e URSS dariam à ONU a autoridade que a Sociedade das Nações nunca conseguira obter, os sucessivos conflitos e, sobretudo, a expansão Soviética para Ocidente levam Harry Truman, seu sucessor, a adoptar a política de «contenção» inspirada por George F. Kennan⁽³⁸⁾: «Nestas circunstâncias, é claro que o principal elemento de qualquer política dos Estados Unidos em relação

(38) Director do State Department's Policy Planning Staff. Cit. em «La Guerra Moderna y la Organizacion Internacional», Luís Garcia Arias, pág. 112.

à Rússia Soviética deve ser a de «conter» com paciência, firmeza e vigilância as suas tendências de expansão. A pressão Soviética contra as instituições livres do Mundo Ocidental pode ser contida pela hábil e vigilante aplicação de uma força contrária, numa série de pontos geográficos e políticos em constante mudança, correspondendo às mudanças e manobras da política Soviética.»

A política de contenção foi justificada pela necessidade de se obstar às pressões Soviéticas que, para lá dos avanços permitidos pelos vários Acordos de repartição do mundo para o post-guerra, se manifestavam em múltiplas zonas do globo⁽³⁹⁾:

- Na Turquia, onde o governo e o povo Turcos resistiram a todas as tentativas de intimidação, às reivindicações territoriais da URSS sobre Kars e Ardahan e às exigências de outorga de bases nos Estreitos.
- Na Grécia, onde a guerrilha, começada em 1944, se transformou numa verdadeira guerra, com os rebeldes comunistas a receberem ajuda militar dos Estados vizinhos.
- No Norte do Irão, onde as forças Soviéticas se tentaram instalar, sem o conseguir, após o fim da guerra, contra o Tratado de Teerão e apesar dos protestos das Nações Unidas.
- Na Ásia, onde a União Soviética estendeu consideravelmente a sua influência, ocupando, em 1945, a maior parte da Manchúria e da Coreia do Norte.
- Na Indochina, onde a França se envolveu contra uma rebelião armada e dirigida por comunistas.
- Na Malásia, onde importantes forças Britânicas lutavam contra guerrilhas de inspiração comunista.
- Na Birmânia, onde os partidos comunistas fomentavam greves e desordens.
- Nas Filipinas, onde os Hukbalahaps (comunistas) armados impunham uma guerra de guerrilha.

Na sequência da doutrina Truman de contenção, os Estados Unidos avançam com o plano Marshall de ajuda financeira aos países do Ocidente. Este plano de ajuda, oferecido também aos países de Leste, não foi aceite por Estaline, que obrigou à recusa os outros países da «cortina de ferro».

⁽³⁹⁾ «OTAN, Structure, Faits et Chiffres, 1981», pág. 16.

Como resposta ao plano Marshall a União Soviética cria o Kominform, em Setembro de 1947.

Em Fevereiro de 1948, o golpe de Praga efectuado pelo partido comunista Checoslovaco, segundo directivas do Kominform, permite à União Soviética alcançar a completa comunização da Checoslováquia e consolidar a sua influência na Europa. A 17 de Março, Bélgica, França, Holanda, Luxemburgo e Reino Unido assinam o Tratado de Bruxelas de assistência mútua. A 24 de Junho a União Soviética inicia o bloqueio a Berlim o qual se mantém até 9 de Maio do ano seguinte.

Na sequência destes eventos é assinado, a 4 de Abril de 1949, o Tratado do Atlântico Norte. Em Maio é criada a RFA e, cinco meses depois, a RDA.

A RFA é rearmada e admitida na OTAN em Maio de 1955 e, um ano depois, assina-se o Pacto de Varsóvia e rearma-se a RDA.

Esta sucessão alucinante de factos políticos de âmbito Europeu, característica do período mais quente da guerra fria, alarga-se a outros continentes. Ali, porém, à luta política junta-se o conflito armado localizado.

Mantém-se válida a doutrina de Lenine⁽⁴⁰⁾: «Enquanto o capitalismo e o socialismo existirem, nós não poderemos viver em paz... No final, um ou outro triunfará — um hino fúnebre será cantado para saudar a morte seja da República Soviética, seja do Capitalismo Mundial.»

Só que a ameaça nuclear não mais permite a guerra generalizada. «A paz é impossível mas a guerra é improvável!»

5. A COEXISTÊNCIA PACÍFICA E A DETENTE

A guerra fria tem desempenhado um papel de alternativa à «guerra quente» mas, ao mesmo tempo, tem sido um factor potencial do conflito generalizado que, até agora, foi possível evitar.

Esta dupla qualidade de características antagónicas e a necessidade de prevenir o conflito nuclear têm originado várias consequências entre as quais se contam o desenvolvimento de técnicas de gestão de crise, a proliferação de formas de estratégia indirecta, a coexistência pacífica e a detente.

A crise é um momento crítico na evolução das relações de troca e de comunicação. Tem sempre por origem o aparecimento mais ou menos súbito

⁽⁴⁰⁾ Cit. em «La Crise de Confiance», Arthur M. Schlesinger Jr., pág. 141.

e imprevisível dum litígio ocasional ou o agravamento mais ou menos progressivo e acentuado dum conflito latente ou crónico. Manifesta-se pela deterioração brusca ou gradual dos factores de equilíbrio que normalmente asseguram as relações de coexistência entre os Estados.

Uma crise-tipo, que tem servido para o estudo e desenvolvimento da metodologia para a sua gestão, é a crise de Cuba de 1962. Como refere Richard Nixon ⁽⁴¹⁾ «Khruchtchev exagerou ao jogar as suas cartas, Kennedy desmascarou-lhe o «bluff», e o líder Soviético recuou.» A determinação na resposta foi fundamental, mas não menos importante foi o ter-se proporcionado à União Soviética uma saída possível para a situação criada. A comunicação entre as partes em crise revelou-se decisiva para possibilitar a sua gestão, por isso, como resultado de Cuba, foi instalada uma linha telefónica directa entre a Casa Branca e o Kremlin por forma a garantir a comunicação instantânea ao mais alto nível.

A valorização de todas as formas de estratégia indirecta é uma consequência política e estratégica do aparecimento e do desenvolvimento do nuclear. Pela estratégia indirecta, Estados Unidos e União Soviética tentam ultrapassar a «proibição», que lhes é imposta pela «bomba, de se afrontarem militarmente. Americanos e Soviéticos têm procurado estender o campo das suas estratégias indirectas e reforçar as suas posições no sistema internacional incorporando outros Estados, mais ou menos vassalizados, no seu próprio sistema político e estratégico.

Por vezes o equilíbrio regional é perigosamente comprometido por iniciativa autónoma duma terceira parte. Nestes casos as Superpotências tendem a agir conjuntamente, ou por entendimento táctico, de tal forma que esse equilíbrio seja mantido ou restaurado. Mas também acontece que, em tais situações, quando uma das Superpotências se encontra mais enfraquecida, distraída por problemas noutras áreas ou demonstrando menor firmeza nas suas atitudes, a outra Superpotência procure uma alteração do equilíbrio em seu favor. Pode ainda acontecer que a iniciativa da terceira parte, de facto, não seja uma iniciativa realmente autónoma mas apenas uma forma de acção inscrita em estratégia indirecta de uma das Superpotências. A história recente está cheia de exemplos de conflitos regionais que respondem a uma ou a outra das características acabadas de descrever. No fundo, em todos

⁽⁴¹⁾ «A Verdadeira Guerra», Richard Nixon, pág. 47.

eles se procuram pequenos ajustes, ligeiros avanços perfeitamente localizados, evitando-se sempre o passo decisivo que provoca a generalização excessiva.

A preocupação de evitar o desenvolvimento de crises que possam escapar ao controlo dos seus gestores e, sobretudo, de evitar a generalização excessiva dos conflitos localizados levou à procura de novas soluções para a convivência entre os dois blocos empenhados na guerra fria.

Sucedendo a Estaline em 1953, Khruchtchev procura dar uma nova feição à política de relações internacionais Soviética e fez o que é hábito fazer-se em tempo de «perestroika»: regressar às origens, isto é, procurar Lenin como referencial doutrinário para as novas atitudes. O documento base inspirador foi o famoso «decreto sobre a paz», de 8 de Novembro de 1917, o primeiro acto de política externa do governo Bolchevique. Redigido pelo próprio Lenin, ainda não utiliza o termo «coexistência pacífica» mas, como consideram os Kremlinologistas⁽⁴²⁾ «pela primeira vez exprime os princípios desta futura estratégia política, formulando as noções básicas do seu conteúdo conceptual». Precursoras da coexistência pacífica, expressões quase sinónimas — convivência pacífica, coabitação pacífica, existência paralela, relação de boa vizinhança — tinham já entrado no léxico político Soviético, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial.

Torna-se, no entanto, necessário adaptar a doutrina de Lenin sobre a inevitabilidade da guerra às novas circunstâncias criadas pelo facto nuclear. Na sua comunicação ao XX Congresso do Partido Comunista Soviético, em 1956, Khruchtchev declara que «não existe uma fatal inevitabilidade de guerra» e no XXI Congresso, em 1959 utiliza o termo coexistência pacífica⁽⁴³⁾. No fundo o objectivo era, utilizando a paz como estratégia, conseguir vencer o capitalismo imperialista. E assim recupera Khruchtchev o termo coexistência pacífica — que pela primeira vez havia sido utilizado por Estaline, em 1 de Março de 1936, em entrevista a um jornalista Americano⁽⁴⁴⁾ — lançando a ideia como bandeira de acção política renovada.

Em 1960, rodeada do maior segredo, foi realizada, em Moscovo, uma conferência onde estiveram representados 18 partidos comunistas de outras tantas Nações. Esta conferência culminou na publicação de um volumoso

(42) «Da Coexistência Pacífica», Victor Marques dos Santos, pág. 59.

(43) Cit. em «The Peacetime Strategy of the Soviet Union», Report of a Study Group of Conflict, London, September 1972 — January 1973, pág. 4.

(44) «Da Coexistência Pacífica», Victor Marques dos Santos, pág. 77.

documento que evidenciava — sob o ponto de vista da política internacional — a aprovação, por unanimidade dos delegados, das teses de Khruchchev sobre a coexistência pacífica. Mas este termo aparece formal e oficialmente apenas em 1961, quando foi inscrito no Capítulo VIII do novo Programa do Partido, adoptado pelo XXII Congresso, em 31 de Outubro⁽⁴⁵⁾. A coexistência pacífica «transformava-se agora no mais poderoso instrumento operacional da estratégia político-ideológica Soviética no plano das relações internacionais, de vasto alcance no espaço e no tempo»⁽⁴⁶⁾. Em 7 de Outubro de 1977, a nova constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas⁽⁴⁷⁾, consagra o «princípio da coexistência pacífica de Estados com diferentes regimes sociais».

No entanto, como avisa Raymond Aron⁽⁴⁸⁾, «de acordo com a filosofia marxista-leninista, a rivalidade dos «dois grandes» não é assimilável à rivalidade entre os candidatos ao mesmo trono, ou a um império; insere-se num processo de transformação revolucionária de que ela é, num determinado subperíodo, a expressão diplomática. Não se trata de pôr fim a essa rivalidade por meio de um acordo duradouro, baseado na distribuição de zonas de influência, com fundamento no princípio do «viver e deixar viver». A coexistência pacífica não é (e não poderá ser) senão uma modalidade particular de que se reveste, temporariamente, um conflito prolongado (protacted conflict). Os Ocidentais inclinam-se a reconhecer, ainda que inconscientemente, o primado da paz; diante dum conflito, procuram encontrar uma solução pacífica. Por seu turno, os marxistas-leninistas admitem a fatalidade (benéfica) do conflito até à difusão total e defensiva do socialismo. Os Ocidentais estão prontos a satisfazerem-se com uma paz sem vitória; se o mundo comunista renunciar à destruição do Ocidente, este deixá-lo-à viver a sua vida, abandonando, sem muito peso na consciência, os povos «libertados» pelo Exército Vermelho. Mas os Soviéticos não podem conceber uma paz sem vitória; enquanto subsistir o bloco capitalista, não haverá garantia de paz (porque o capitalismo é essencialmente imperialista), e a luta poderá continuar; não porque seja desejada, mas porque as leis históricas obrigam

⁽⁴⁵⁾ Cit. em «The Peacetime Strategy of the Soviet Union», Report of a Study Group of Conflict, London, September 1972 — January 1973, pág. 4.

⁽⁴⁶⁾ «Da Coexistência Pacífica», Victor Marques dos Santos, pág. 117.

⁽⁴⁷⁾ «Constituição da URSS», pág. 16.

⁽⁴⁸⁾ «Paix et Guerre entre les Nations», Raymond Aron, pág. 661.

a isso. Se esta é a assimetria dos objectivos dos dois blocos, cabe perguntar se o Ocidente já não perdeu antecipadamente a luta».

Desde 1967, com a aprovação do conhecido Relatório Harmel⁽⁴⁹⁾, a Aliança Atlântica passou a ter definidas duas funções básicas: dissuasão e detente.

Este relatório reconhece que, desde 1949, «a situação internacional alterou-se de forma notável e as tarefas políticas da Aliança tomaram uma nova dimensão. A Aliança desempenhou, nomeadamente, um importante papel como travão da expansão comunista na Europa; a União Soviética tornou-se uma das duas Superpotências mundiais, mas o mundo comunista já não é monolítico; a doutrina Soviética da coexistência pacífica, modificou a natureza do confronto com o Oeste, mas não os problemas fundamentais. Se bem que subsista a disparidade entre o poderio dos Estados Unidos e dos Estados Europeus, a Europa levantou-se e caminha para a sua unidade. O processo de descolonização transformou as relações da Europa com o resto do mundo; ao mesmo tempo, problemas de maior amplitude surgiram nas relações entre países desenvolvidos e em via de desenvolvimento».

E, continua o relatório, «A Aliança Atlântica tem duas funções essenciais. A primeira consiste em manter um poder militar e uma solidariedade política suficientes para desencorajar a agressão e outras formas de pressão e para defender o território dos países membros em caso de agressão. Desde os seus princípios, a Aliança lançou-se com sucesso a esta tarefa. Mas a possibilidade duma crise não pode ser excluída enquanto as questões políticas cruciais na Europa sobretudo a questão Alemã, não estejam resolvidas. Por outro lado, a situação de instabilidade e incerteza ainda não permitiu uma redução equilibrada de forças militares. Nestas condições os Aliados mantêm um potencial militar suficiente para assegurar o equilíbrio de forças e criar assim um clima de estabilidade, segurança e confiança. Neste clima, a Aliança pode dedicar-se à sua segunda função, isto é, prosseguir os seus esforços com vista a progredir em direcção ao estabelecimento de relações mais estáveis que permitirão resolver os problemas políticos fundamentais. A segurança militar e uma política de detente não são contraditórias mas complementares. A defesa colectiva é um factor de estabilidade política mundial. Ela é a condição necessária a uma política eficaz visando um maior relaxamento de tensões. O caminho da paz e da estabilidade na Europa

⁽⁴⁹⁾ «OTAN, Structure, Faits et Chiffres, 1981», pág. 314.

consiste, nomeadamente, em utilizar a Aliança num espírito construtivo no interesse da detente. A participação da URSS e Estados Unidos será necessária para a resolução dos problemas políticos na Europa.»

Detente tem sido definida como um processo político e estratégico de longo termo que tem por objectivo prevenir o conflito nuclear, reduzir as tensões Este-Oeste e alargar as áreas de interesse mútuo.

Desenvolvendo esta definição, pode concluir-se que se trata de um processo:

- político e estratégico de longo termo, para as relações Este-Oeste, envolvendo uma relação dinâmica de mudança entre poderes e entre blocos de poderes competitivos;
- que envolve, ao mesmo tempo, competição e cooperação no interesse da redução do risco do conflito nuclear;
- complexo na medida em que tem dimensões bilaterais e multilaterais;
- cujas fronteiras e limites são indefinidos e pouco claros. A União Soviética entende a detente restringida à Europa e às relações entre as Superpotências; o Ocidente pretende uma detente global.

Alguns especialistas das relações Este-Oeste consideram a existência de «fases» de detente como forma de caracterização histórica do processo. Henri Simonet, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, distinguia, em 1979, quatro fases de «detente»⁽⁵⁰⁾:

- o período de aproximação que começou no início da década de 60 a seguir à crise de Cuba;
- o período de negociações intensivas de 1969-72;
- o período do desencantamento crescente, de 1973-76, a seguir ao conflito Israelo-Árabe e início da intervenção Soviético-Cubana em Angola; e, finalmente,
- o período de «detente» na «detente» ou o período da profunda suspeição política da detente, intensificada com a intervenção Soviético-Cubana no Corno de África, com que o tem sido chamado de «aventureirismo Soviético» noutras regiões instáveis do Terceiro Mundo e com a crescente apreensão Ocidental acerca do crescimento militar Soviético e respectiva capacidade de intervenção em todos os pontos do globo.

(50) «Final Report of the Sub-Committee on Detente», NATO Political Committee, pág. 2.

Este último período, que viria ainda a ser substancialmente agravado com a invasão Soviética do Afeganistão, parece, agora, estar na sua fase final, face às novas políticas Soviéticas de «perestroika» e «glasnost», com a recente assinatura do Tratado INF e boas perspectivas de assinatura de outros acordos tendentes à estabilidade e cooperação. Mas não será desaviado reflectir nas palavras de Cornelius Castoriadis⁽⁵¹⁾, «a Rússia está empenhada de forma constante num processo de expansão da sua dominação, directa ou indirecta, na qual as fases de detente não são mais do que momentos tácticos ou pausas obrigatórias».

Detente foi a resposta Ocidental à proposta de coexistência pacífica Soviética. Porém, na prática das relações internacionais, coexistência pacífica não se revelou o mesmo que detente.

Sob o ponto de vista Ocidental, detente parte da ideia simples de que diferenças e contrastes entre Nações não seriam necessariamente obstáculo ao interesse comum da manutenção da paz e da cooperação.

No que respeita aos Soviéticos, estes têm, desde sempre, apresentado a coexistência pacífica como uma forma específica de luta de classes. Em livro editado em 1987, o Coronel-General e Professor Soviético Dmitri Volkogonov⁽⁵²⁾ continua a defender que «...Seria erróneo pensar que nas condições de coexistência pacífica os comunistas se conformassem com a exploração capitalista... A coexistência pacífica contribui para o debilitar do poder do complexo militar industrial nos países capitalistas e cria condições favoráveis à luta política, económica e ideológica do proletariado.»

Destas duas interpretações de políticas que pareceriam sinónimas resultaram prejuízos para o Ocidente que qualquer mapa político do mundo actual evidencia. Como adverte o General Close⁽⁵³⁾, «não se poderia sonhar um mal entendido mais profundo entre a concepção Ocidental e a de Leste. Dum lado a paz sem vitória, do outro lado a vitória sem guerra: como é que uma ordem internacional estável e durável poderia resultar duma evolução paralela comandada por lógicas tão opostas?»

No seu recente livro «Perestroika», Gorbatchev abandona a ideia da coexistência pacífica para tentar recuperar o termo detente o qual, pos sua

(51) «Devant la Guerre», Cornelius Castoriadis, pág. 31.

(52) «O Exército e o Progresso Social», Dmitri Volkogonov, pág. 30.

(53) «Encore un Effort et nous Aurons Definitivement Perdu la Troisième Guerre Mondiale», General Robert Close, pág. 24.

vez, já deixara de figurar nos Comunicados Finais das Reuniões Ministeriais da Aliança Atlântica. Mas esta iniciativa do líder Soviético não parece convencer Caspar Weinberger que, em Setembro de 1987, afirmava ⁽⁵⁴⁾, «o novo Kremlin, o chamado Kremlin aberto, continua a ser velho Kremlin que sempre constituiu a principal ameaça à paz e à liberdade».

Por certo que o antigo Secretário da Defesa dos Estados Unidos se encontrará entre os que pensam que «ceder à sedução das sereias é próprio do homem mas querer ir para a cama com um crocodilo é um privilégio da nossa época» ⁽⁵⁵⁾.

6. O EQUILÍBRIO NUCLEAR

Em Julho de 1944, o físico Dinamarquês Niels Bohr ⁽⁵⁶⁾ endereçou ao Presidente Roosevelt e ao Primeiro Ministro Churchill a seguinte nota: «O facto de primordial importância é que se está prestes a criar, neste momento, uma arma de potência inegalada que modificará completamente todas as condições futuras da guerra. Com efeito, para lá da questão de se saber quando é que esta arma se tornará operacional e que papel poderá desempenhar na presente guerra, esta situação levanta um certo número de problemas que requerem, com toda a urgência, a maior atenção. Na verdade, a não ser que se chegue a tempo a qualquer entendimento sobre os limites da utilização de novos materiais radioactivos, toda a vantagem temporária, por maior que ela seja, arrisca-se a ser neutralizada por uma ameaça perpétua para segurança humana.»

O aparecimento do nuclear, mais do que modificar «as condições futuras da guerra», passou a condicionar as relações de coexistência dos dois blocos saídos da Segunda Guerra Mundial. De facto, desde que, em 1949, a União Soviética ascendeu a potência nuclear, o equilíbrio nuclear, ou melhor, a variação desse equilíbrio tem sido um dos factores mais influentes no desenrolar das relações Este-Oeste.

Mas a variação do equilíbrio nuclear não deve ser tomada isoladamente, sem referência à relação de forças convencionais incluindo as químicas. Por

⁽⁵⁴⁾ «Arms Control Today», Vol. 17, n.º 9, pág. 25.

⁽⁵⁵⁾ Cit. em «Encore un Effort et nous aurons Definitivement Perdu la Troisième Guerre Mondiale», General Robert Close, pág. 25.

⁽⁵⁶⁾ Prémio Nobel da Física 1975. Cit. em «Le Désarmement», Claude Delmas, pág. 40.

outro lado, a análise de sistemas de forças, no seu sentido mais lato (nucleares e convencionais) não pode ficar circunscrita à simples enumeração dos carros de combate, aviões, mísseis, navios, submarinos, que recheiam os arsenais de cada um dos blocos, para depois os comparar entre si. A análise do equilíbrio de forças põe em confronto os poderes nacionais dos países e, como se sabe, poder nacional é muito mais do que poder militar. Assim, uma análise comparativa de potenciais globais dos dois blocos deve incluir factores como: economia, sociologia, geopolítica e muitos mais.

Quando uma análise de correlação de forças se circunscreve a aspectos essencialmente militares, haverá então que ser esclarecido não se tratar de uma comparação de poderes nacionais mas apenas dum balanço das capacidades militares «*stricto sensu*». E mesmo um balanço de capacidades militares «*stricto sensu*» não pode ser estabelecido apenas com base na contagem dos sistemas de armas; requer uma cuidadosa análise de outros factores, tais como:

- qualidade dos sistemas de armas e do apoio logístico;
- estado de prontidão;
- capacidade de sobrevivência (incluindo a continuidade do comando e controlo);
- capacidade em guerra electrónica e NBQ;
- padronização;
- interoperabilidade; e acima de tudo isto,
- o moral das tropas que, no fundo, é quem define a vitória ou a derrota, pela vontade ou falta de vontade de combater.

Por outras palavras, as ilações retiradas da comparação entre quantidades de sistemas de armas, poderão ser incorrectas se não se tomarem em conta uma vasta gama de factores condicionantes, os mais importantes dos quais acabaram de ser referidos.

Também não parece razoável comparar sistemas de armas sem que se saiba como se pretende utilizá-los. Na verdade, se os arsenais existem para servir uma estratégia, mal seria que a comparassem efectivos sem que se soubessem como se pretende utilizá-los.

Na Europa, a defesa do Ocidente tem sido uma responsabilidade da Aliança Atlântica. Nos primeiros dias da sua existência, a OTAN tentou acompanhar o desenvolvimento das forças convencionais Soviéticas, homem

por homem, arma por arma. Era a chamada «*matching strategy*» que falhou rotundamente porque as nações Ocidentais a acharam demasiadamente dispendiosa. Nessa altura, o virtual monopólio do armamento nuclear por parte dos Estados Unidos garantia uma situação largamente favorável ao Ocidente.

Desta vantagem no armamento nuclear, nasceu então um conceito de dissuasão a partir da capacidade de retaliação nuclear maciça, apoiada ainda por forças convencionais, contra qualquer forma de agressão. Mas a viabilidade deste tipo de conceito pouco tempo durou; as circunstâncias que o permitiram mudaram radicalmente quando a União Soviética emergiu como potência nuclear e, além disso, com vectores transportadores de cargas nucleares a distâncias intercontinentais. Este desiderato obrigou a OTAN a repensar o seu conceito estratégico de defesa.

Assim, a partir dos finais dos anos 50, a OTAN continua a considerar a possibilidade de uma retaliação nuclear maciça mas, ao mesmo tempo, é introduzido o conceito do uso de forças nucleares de teatro. Neste novo conceito, as forças convencionais seriam apenas o rastilho que activaria a resposta nuclear. Pretendia-se, desta forma, tornar claro aos Soviéticos que uma agressão de qualquer espécie ou escala levaria sempre, por parte da OTAN, a um grau de retaliação nuclear insuportável para o inimigo.

Os anos passaram e, mais uma vez, a situação se modificou. A capacidade nuclear Soviética continuou a desenvolver-se, paridade em forças nucleares estratégicas e forças nucleares de teatro começa a aparecer como facto real entre a OTAN e a União Soviética. O programa espacial Soviético proporciona capacidades acrescidas de ataques intercontinentais. Levanta-se a questão da credibilidade da defesa de Munique com o risco da destruição de Nova Iorque. Passou a ser claro que havia um certo grau de agressão abaixo do qual não seria crível uma resposta nuclear maciça. Começou a ser necessária uma mais larga gama de opções de resposta, tendo em conta as situações reais sem as fazer depender da rápida e inevitável utilização das armas nucleares, devastando a terra que afinal se pretendia defender.

A ameaça de retaliação nuclear maciça ainda se mantém como forma de dissuasão mas é, ao mesmo tempo, encarada a possibilidade de outras respostas, convencionais ou nucleares, de mais baixo grau de destruição.

O novo conceito, que aparece nos fins dos anos 60 e se tem mantido até hoje, é o da dissuasão, baseado na estratégia da resposta flexível, no contexto de uma defesa avançada.

A União Soviética atingiu a paridade com os Estados Unidos no campo dos sistemas nucleares estratégicos; o Pacto de Varsóvia tem grande superioridade sobre a OTAN em forças nucleares de teatro e forças convencionais; e devido às suas linhas de comunicações interiores, o Leste pode concentrar o seu potencial ofensivo mais rapidamente, em qualquer ponto da sua escolha.

Perante esta situação duas perguntas se podem colocar:

- Por que é que a União Soviética continua a aumentar o seu poderio militar forçando os restantes países do Pacto de Varsóvia a fazer o mesmo?
- O que é que o Ocidente tem feito para garantir a sua própria segurança?

Tradicionalmente, os dirigentes Soviéticos sempre se viram rodeados por ambiente hostil, quer externa quer mesmo internamente; e a história tem-lhes demonstrado que melhor do que um poderoso exército só um exército mais poderoso. No aviso do Marechal Gretchko⁽⁵⁷⁾, o partido comunista soviético «observa atentamente as acções dos inimigos da paz e do progresso social. Ao realizar a política de fortalecimento da paz e da cooperação internacional, de coexistência pacífica de países com regime social diferente, não esquece que o imperialismo continua a ser o agente da ameaça de guerra. E não há dúvida de que, se não fosse o imenso poder económico e militar da União Soviética e de outros países socialistas os imperialistas há muito teriam procurado levar a cabo os seus planos sinistros».

A União Soviética segue Napoleão quando acredita, como facto histórico provado, que um país pode alcançar estabilidade quando se rodeia de satélites que o protegem.

A URSS tem projectado a imagem de que a sua posição como grande potência, a sua capacidade de espalhar o dogma comunista e atingir os seus objectivos nacionais, ou melhor dizendo, os objectivos nacionais da Rússia, são assegurados e aumentados fundamentalmente através do seu poderio militar; por isso ela aparece aos Ocidentais como economicamente debilitada, industrialmente incompetitiva, mas militarmente demasiado poderosa.

⁽⁵⁷⁾ Marechal da União Soviética. Antigo Comandante-em-Chefe Supremo das Forças Armadas do Pacto de Varsóvia. Ministro da Defesa da URSS entre Abril de 1970 e Abril de 1976. «As Forças Armadas da União Soviética», A. A. Gretchko, pág. 435.

No entanto, apesar da capacidade de utilização das suas forças em ataque de grande escala, a iniciativa de um ataque por parte do Pacto de Varsóvia parece improvável desde que a OTAN disponha, por seu lado, de capacidade suficiente para demonstrar que uma guerra é risco demasiadamente alto para os Soviéticos, o que depende, no fundo, da credibilidade do sistema Ocidental. A coerência e o sentido político comum dentro da Aliança criam a mais forte garantia da paz. Esta atitude, ao mesmo tempo que dá confiança ao povo Ocidental serve de mensagem bem clara a quem o ameaça.

No campo estritamente militar a Aliança enfrenta, no entanto, um grave problema de desequilíbrio de forças e para resolver esse problema tinha duas soluções:

- acompanhar a corrida aos armamentos imposta pela União Soviética; ou,
- procurar manter o equilíbrio através duma razoável actualização, sobretudo qualitativa, dos seus sistemas de armas, ao mesmo tempo que, a nível diplomático, conseguia acordos suficientemente seguros no campo do controlo de armamentos.

A segunda solução foi a escolhida e, para isso, por um lado foi prevista uma razoável modernização nos sistemas de armas da OTAN segundo um Programa a Longo Prazo para a Defesa⁽⁵⁸⁾ que foi aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo da Aliança reunidos em Washington em 31 de Maio de 1978; por outro lado, no campo diplomático, os Aliados têm-se esforçado por diminuir os riscos do conflito, através da negociação de acordos de controlo de armamentos, em vários «fora» internacionais.

⁽⁵⁸⁾ «OTAN, Structure, Faits et Chiffres, 1981», pág. 160.

(continua)

Sérgio Carrilho Pinto
Cor. Pil. Av.